



SUMÁRIO EXECUTIVO

O BRASIL QUE VEM: PROPOSTAS PARA A AGENDA AGROAMBIENTAL DO PAÍS A PARTIR DE AGORA

“O BRASIL QUE VEM - PROPOSTAS PARA A AGENDA AGROAMBIENTAL DO PAÍS A PARTIR DE AGORA”

A realização de eleições gerais é uma oportunidade que a democracia traz para o país repensar suas prioridades à luz das escolhas que se apresentam. Encaminhar decisões necessárias logo no início da gestão é essencial para um governo sinalizar à sociedade que rumos serão tomados.

A **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura**, movimento formado por mais de 300 representantes do agronegócio, setor financeiro, sociedade civil e academia, acredita que o cumprimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa está fortemente vinculado aos grandes desafios nacionais, que são gerar emprego e renda e garantir a segurança alimentar da população. Sem a resolução dessas questões, todos os esforços para combater o desmatamento serão sempre provisórios e de difícil execução.

Para atender aos desafios mencionados, a Coalizão sugere recomendações práticas e diretas. Acreditamos que cinco delas, tidas como particularmente emblemáticas, precisam ser tomadas urgentemente pelo Executivo federal, já no primeiro dia de mandato. Além disso, são apresentadas 28 propostas divididas em três eixos – Segurança Alimentar e Combate à Fome, Geração de Emprego e Renda, e Combate ao Desmatamento e à Perda de Recursos Naturais – para serem colocadas em prática nos 100 primeiros dias de governo ou ao longo da gestão.



PROPOSTAS PARA O DIA 1

- 1** | **Criar um grupo de trabalho (GT) para elaborar novos planos de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia e do Cerrado**
 - ✓ GT deve discutir e atualizar o PPCDAm e o PPCerrado em até 120 dias, além de estabelecer planos análogos para os demais biomas brasileiros (Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa).
- 2** | **Aumentar a representação e retomar a proporcionalidade da participação da sociedade civil em colegiados**
 - ✓ Novos decretos precisam restabelecer composição paritária entre governo e sociedade civil em conselhos de políticas públicas socioambientais – especialmente Conama, CONAREDD+, Conaveg e Conabio.
- 3** | **Restaurar a governança do Fundo Amazônia**
 - ✓ Reativar as estruturas que regem o funcionamento e composição do fundo é crucial para retomada do financiamento, que conta com R\$ 3,2 bilhões em caixa, além de restabelecer o relacionamento com seus doadores e envolver a sociedade civil e o setor privado nas discussões.
- 4** | **Retomar a homologação de terras indígenas (TIs)**
 - ✓ Demarcar TIs simboliza o início da retomada do ordenamento territorial e o reconhecimento do papel dos povos originários na contenção do desmatamento.
- 5** | **Enviar ao Congresso Nacional instrumento legal de criação da Autoridade Nacional do Clima**
 - ✓ Autarquia será responsável pela regulação, monitoramento e fiscalização de iniciativas voltadas à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas.

COMBATE AO DESMATAMENTO E À PERDA DE RECURSOS NATURAIS

100 DIAS

1 Implementar ações de comando e controle contra o desmatamento

- ✓ Retomar e intensificar a fiscalização fortalecerá combate a ilícitos ambientais.

2 Acelerar as análises do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

- ✓ Instituir análise dinamizada do CAR deve acelerar a implementação do Código Florestal e facilitar a suspensão e/ou o cancelamento de cadastros sobrepostos a áreas públicas.

3 Suspender projetos para redução de áreas de biomas e Unidades de Conservação

- ✓ Medida do Poder Legislativo deve suspender projetos de lei que visem à redução, recategorização e extinção de UCs ou à alteração de tipologias de biomas.

4 Promover a demarcação de terras indígenas e demais territórios tradicionais

- ✓ Decreto presidencial deve promover a homologação de terras indígenas que já possuem Portaria de Declaração; outras medidas poderão acelerar a demarcação de demais TIs e a regularização fundiária de territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

5 Regularizar a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

- ✓ Incentivo econômico garantirá segurança jurídica para projetos que visem à conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

6 Aperfeiçoar o processo de licenciamento ambiental

- ✓ Estabelecimento de regras claras trará segurança jurídica para empreendedores; órgãos ambientais fortalecidos aumentarão controle sobre impactos socioambientais.

MANDATO

7 Reduzir a taxa de desmatamento da Amazônia em 70%

- ✓ Índice será atingido a partir de reestruturação e implementação do PPCDAm e do PPCerrado

8 Destinar 10 milhões de hectares de florestas públicas para proteção e uso sustentável

- ✓ Medida é fundamental para retomada do ordenamento territorial; área contemplada deve ser selecionada no Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

COMBATE AO DESMATAMENTO E À PERDA DE RECURSOS NATURAIS

9 | Condicionar a regularização fundiária ao cumprimento do Código Florestal

✓ Regularização fundiária deve ser vetada em imóveis com passivos ambientais em Áreas de Preservação Permanente (APP), Uso Restrito e Reserva Legal.

10 | Disponibilizar informações com transparência sobre supressão da vegetação

✓ Órgãos estaduais devem dar transparência e rigor às autorizações de supressão da vegetação, possibilitando a distinção de conversões de uso do solo legais e ilegais.

11 | Fortalecer a transparência de dados e a integração de sistemas de informação

✓ Integrar os cadastros nacionais permitirá criar base fundiária comum, que identificará informações associadas a cada imóvel do território nacional.

12 | Implementar a rastreabilidade de produtos florestais madeireiros

✓ Instituição de sistema eficiente de comando e controle é fundamental para cumprimento das normas de comercialização de madeira no mercado interno e externo, bem como a disponibilização pública das autorizações e documentos de controle de fluxo de madeira com tecnologia de rastreamento por georreferenciamento em toda a cadeia produtiva.

13 | Fortalecer a rastreabilidade nas cadeias produtivas

✓ Verificar se cadeia produtiva está livre de desmatamento poderá ser facilitada ao exigir a adequação e correspondência da declaração ao CAR ao perímetro e formato do imóvel certificado junto ao SIGEF.

14 | Dar escala às concessões florestais

✓ Destinar florestas públicas (não destinadas e enquadradas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) e diversificar as atividades econômicas viabilizarão aumento de área de manejo florestal sustentável.

15 | Aumentar ambição para corte de emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao desmatamento

✓ Nova meta climática para o país relacionada às mudanças do uso da terra deve ser apresentada após consulta à sociedade, e deve incluir processo de revisão e monitoramento com participação multissetorial.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E COMBATE À FOME

100 DIAS

16 | Lançar um Pacto Nacional para Alimentação Saudável e Biodiversa

- ✓ Plano de ação deve contemplar pacote de investimentos fiscais e para as cadeias da sociobiodiversidade.

17 | Reestruturar modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

- ✓ Atualizar a política pública para assegurar a manutenção do programa de formação de técnicos com base no desenvolvimento sustentável.

18 | Aprimorar os critérios socioambientais para concessão de crédito rural

- ✓ Implementar Bureau de Crédito Rural Sustentável trará incentivos a produtores que adotam tecnologias sustentáveis.

19 | Incentivar novos instrumentos econômicos privados para o setor rural

- ✓ Novos financiamentos para crédito rural privado, inspirados no modelo do Plano Safra, devem ser atrelados a critérios ambientais, sociais e de governança.

MANDATO

20 | Promover a agricultura familiar sustentável

- ✓ Pequenos produtores, incluindo populações tradicionais e povos indígenas, poderão aprimorar sua produção de forma sustentável, com acesso a crédito, ATER, estruturação das cadeias produtivas, condições para inserção no mercado e fortalecimento do cooperativismo.

21 | Aprimorar Plano Safra para aumentar investimentos em agricultura de baixa emissão de carbono e resiliência climática

- ✓ Alocação de fundos deve priorizar formas sustentáveis de produção, focando no aumento da produtividade e na redução de emissões.

22 | Fortalecer os instrumentos de gestão de riscos climáticos para a segurança alimentar

- ✓ Políticas estruturantes devem ter mais previsibilidade e recursos para o Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA



100 DIAS

23 | Retomar e fortalecer o Programa Bolsa Verde

- ✓ Reformular iniciativa para incluir inovações no modelo de transferência de renda e fornecer apoio a associações de beneficiários das áreas contempladas.

26 | Fortalecer o setor de restauração de paisagens e florestas

- ✓ Investimento e implementação de políticas públicas aproveitarão potencial gerador de emprego e renda da restauração da vegetação nativa degradada.

27 | Investir em fontes de energia renováveis

- ✓ Transição energética deve ter foco em modelos que promovam renda aos pequenos e médios agricultores e incentivem a indústria da reciclagem.

MANDATO

24 | Promover a criação de uma Política Nacional de Bioeconomia

- ✓ Instituição de política pública viabilizará uso sustentável da biodiversidade e criará empregos e mercados para cadeias de maior valor agregado.

25 | Incentivar a silvicultura de espécies nativas

- ✓ Transformação do setor em nova economia florestal pode impulsionar produtividade do país e serviços ecossistêmicos para o mercado interno e externo.

28 | Regular e implementar o mercado brasileiro de carbono

- ✓ Implementação de mercado regulado deverá atender às particularidades brasileiras e permitir que mercado voluntário se desenvolva com integridade ambiental.

Confira o documento na íntegra





COALIZÃO BRASIL

C L I M A
F L O R E S T A S E
A G R I C U L T U R A

A **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** é um movimento multissetorial composto por mais de 300 organizações, entre entidades do agronegócio, empresas e associações empresariais, organizações da sociedade civil, setor financeiro e academia, que une diferentes vozes em prol da liderança do Brasil em uma nova economia de baixo carbono, competitiva, responsável e inclusiva. Para outras informações, acesse coalizaobr.com.br